

Regimento interno é aprovado com ajustes

A Assembléia Nacional Constituinte aprovou ontem a redação final de seu regimento interno, com pequenos ajustes e um compromisso assumido pelo relator Fernando Henrique Cardoso: a Comissão de Sistematização não poderá inovar com relação àquilo que não houver sido objeto de apreciação pelas demais comissões.

No exercício da liderança do PT, o deputado José Genoíno considerou imprecisa a redação do dispositivo regimental relativo à matéria e, diante do entendimento contrário do relator a sua alteração, informou que seu partido se reservaria o direito de apresentar projeto de resolução alterando-o durante a elaboração da Constituição se necessário.

O presidente do PMDB Ulysses Guimarães, após o

compromisso assumido pelo relator, anunciou que ele ganharia conteúdo prático quando a comissão de sistematização viesse a intervir na elaboração constitucional, endossando, desta forma, a garantia oferecida pelo relator Fernando Henrique.

O regimento interno deverá ser promulgado na próxima terça-feira, de forma a proporcionar o tempo necessário aos entendimentos finais para a composição da mesa definitiva da Constituinte, que deverá proceder, em 48 horas, a composição das subcomissões e comissões. Após a promulgação, abre-se, aos constituintes, às câmaras de vereadores, assembleias, legislativos, tribunais de justiça e entidades de classe, o prazo de 40 dias para apresentação de sugestões à elaboração da Constituição.